



PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12040001/18

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS EM GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE.

Modalidade: **Pregão Presencial**

Data de abertura: 04/05/2018 – Hora: 09:00

Vencedor: P P DO MONTH JUNIOR

O Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, solicita análise do processo de licitação acima qualificado para as providências necessárias.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E LEGAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, o Artigo 71 da Constituição Estadual do Pará, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, com fulcro no Artigo nº 65 da Lei Complementar nº 084/20012 TCM/PA, e os Artigos. nº 44 e 45 da Lei Complementar nº 081/2012 TCE/PA; e Lei Municipal nº 225/2005 PMGN/PA, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, com vistas a **verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Os processos administrativos têm por funcionalidade o atendimento precípuo do interesse público e para tanto devem estar revestidos dos princípios norteadores da administração pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dessa forma, os procedimentos licitatórios que resguardarão as aquisições e as contratações da gestão pública devem guardar a incolumidade e atender os elementos essenciais dos ATOS ADMINISTRATIVOS



(competência, finalidade, forma, motivo e objeto), assim como, os atos normativos que resguardam a matéria, que no caso em tela, é a Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios elementares que regem a administração pública.

ANÁLISE DO PROCESSO

O Processo foi instruído em 01 volume, consta termo de abertura na (fl 01), o termo de abertura do processo, devidamente assinada pela Pregoeira.

Feita a análise das documentações acostadas ao processo, foram atendidas as exigências legais, sendo juntado aos autos a solicitação de despesas das Secretarias Municipais de Garrafão do Norte, bem como, o termo de referência (fls 002/013), contendo as justificativas da aquisição e descrições do objeto.

Também observamos a comprovação da existência de dotação orçamentária, conforme encaminhamento do departamento de contabilidade (fl 049/050).

Consta ainda, a abertura do respectivo processo administrativo, devidamente assinados pelos ordenadores (fl06).

Foi feito a juntada em atendimento ao art. 013, da lei 10.520/02, a designação da pregoeira (fl 019).

A minuta do edital e seus anexos, foram devidamente aprovados pela assessoria jurídica (fl 099).

Observa-se que conforme determinação o art. 4, II, da lei 10.520/02, o processo foi publicado no diário oficial a união (fls 142), jornal diário do Pará (fl 0143) e Flanelógrafo da Prefeitura (fl 0141).

Aberto o credenciamento, nota-se que apenas uma empresa si credenciou, apresentando a documentação conforme edital.

O processo licitatório, pregão presencial nº 027/2018, seguiu o tramite conforme determina a Lei nº 10.520/02 e seus artigos.



CONCLUSÃO E PARECER FINAL

O Departamento de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

O presente processo encontra-se instruído de fase interna e externa de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/1993, bem como o decreto nº 7.892/13 e lei 10.520/02, seguindo toda a tramitação administrativa.

Observa-se que os preços ofertados correspondem aos atualmente praticados no mercado, sendo atestado sua veracidade pelo setor de compras (fl08).

Em análise dos autos, e considerando a essencialidade da continuidade dos serviços públicos para atendimento precípua do bem comum; Considerando os princípios constitucionais que resguardam a matéria administrativa; Considerando que a dinâmica administrativa requer eficiência e respostas tempestivas para funcionamento da máquina pública; Considerando que o processo em questão foi analisado pela Coordenação de Controle Interno após a conclusão de todas as suas fases; Considerando que os procedimentos licitatórios não podem ser frustrados ou até mesmo anulados ou revogados por equívocos de natureza formal que podem ser devidamente corrigidos de acordo com o princípio constitucional da autotutela delegado a administração pública; Considerando que o Pregão Presencial nº 027/2018, instruído para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS EM GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE**, reuni elementos jurídicos conforme parecer jurídico elencado no processo; A Coordenação de Controle Interno, em comum acordo com os seus membros, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do processo em questão, orienta ao departamento de licitação que seu resultado deverá ser publicado em jornal de grande circulação e mural do TCM-Tribunal de Contas dos Municípios.

É o parecer;

Garrafão do Norte/PA, 13 de Agosto de 2018.